

→ continuação

OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

A estratégia de remuneração da Companhia, desde 2019, quando foram aprovados em Assembleia os Planos de Incentivo de Longo Prazo (LIP), é de concentrar a maior parte do pacote de remuneração nas componentes variáveis sujeitas ao cumprimento de metas de "performance" e a menor parte em salários fixos.

Os Planos de LIP outorgados previam outorgas de ações anuais a longo de três anos, com possibilidade de "vesting" anual, caso as métricas mínimas de "performance" fossem atingidas. No plano aprovado para o Diretor Presidente, previa outorga anual de ações, com possibilidade de "vesting" ao final do período do plano, condicionado ao atingimento das métricas de desempenho.

Tendo em vista as condições atuais do mercado e da Companhia, que vem passando por uma grande transformação do negócio, o Conselho de Administração, a partir de análises e proposta elaborada pela Companhia e pelo Comitê de Governança, aprovou o cancelamento dos Planos de LIP e a outorga de ações das outorgas e dos Planos de Incentivo de Longo Prazo dos Executivos e o Plano Extraordinário do Diretor Presidente, ambos substituídos e aprovados em Assembleia Geral de Ações em 2019 e 2021, respectivamente. Além disso, foi aprovada a suspensão momentânea das outorgas do Plano de LIP baseado em ações para os Executivos, aprovado em Assembleia Geral de Ações em 2022. Desta forma, atualmente o "mix" de remuneração dos Executivos e do Conselho de Administração se desloca da estratégia de remuneração pautada pela Companhia, uma vez que deixa de prever momentaneamente qualquer parcela de incentivo de longo prazo baseado em ações.

Reconhecendo a importância das métricas de desempenho para a remuneração da Companhia e visando o alinhamento aos interesses dos acionistas no longo prazo, não foi concluído o processo de restituição da dívida financeira junto aos credores, a Companhia e o Conselho de Administração avaliaram as condições de mercado e do negócio para elaborar um novo plano de incentivos de longo prazo baseado em ações, o qual será submetido à aprovação da Assembleia Geral de Ações.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	2023	2022
O Fibra	4.423.170	3.959.484
O Soluções	2.740.616	2.780.141
Serviços Legados	2.004.421	3.187.828
Outros serviços e negócios	146.274	402.863
Recita operacional líquida	9.612.391	10.371.316
Despesas operacionais	(1.530.624)	(4.200.711)
Depreciação e amortização	(777.515)	(1.350.510)
Interconexão	(1.854.193)	(1.852.807)
Pessoal	(348.452)	(3.815.484)
Serviços de terceiros	(655.141)	(476.228)
Serviços de manutenção de rede	(273.064)	(250.907)
Aluguel e seguros	(3.892.021)	(2.860.460)
Provisões	(244.487)	(114.547)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(263.800)	(78.462)
Perda ao valor recuperável dos ativos	(2.081.587)	(14.249.077)
Tributos a outras receitas e despesas	74.322	820.899
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.278.885	(1.630.081)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	(1.836.232)	(18.273.249)
Resultado financeiro	1.975.478	6.916.856
Recitas financeiras	1.975.478	6.916.856
Despesas financeiras	(1.768.681)	(3.671.521)
Resultado antes dos tributos	(202.005)	(21.628.321)
Imposto de renda e contribuição social	1.039.425	(2.602.224)
Resultado das operações consolidadas	(9.612.391)	(10.371.316)
Operações descontinuadas	24.136	4.958.597
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquido de impostos) (Nota 28)	24.136	4.958.597
Resultado do exercício	(9.612.391)	(10.371.316)
Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico		
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:		
Recita operacional líquida		
Recitas relativas ao segmento reportado	9.612.391	10.371.316
Recitas relativas a outros negócios	105.309	113.914
Recitas operacionais líquidas consolidadas (Nota 5)	9.717.700	10.485.230
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(1.836.232)	(18.273.249)
Outros negócios	31.635	8.371
Resultado antes do resultado financeiro e tributos de operações descontinuadas (Nota 5)	(1.805.187)	(18.264.878)
O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2023, são como segue:		
Ativo		
Contas a receber	6	7.261
Táho	553	553
Serdes	6	6.808
Creditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	108.139	8.775.130
PTF	6.683.055	6.435.571
OI Holanda	3.376.705	3.252.869
Serdes	1.269	1.269
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	6.004	12.259
O Serviços Financeiros	4.096	7.321
Rio Alto	1.785	1.785
Táho	1.756	1.756
O Soluções	355.468	451.697
Adiantamentos a fornecedores e outros	35.468	451.697
OI Holanda	361	783
PTF	2.666	564
CITEL	2.511	2.613
Serdes	307.330	440.870
Táho	4.800	4.800
Passivo		
Fornecedores	269.045	170.389
Táho	140.333	85.498
Serdes	128.712	84.901
Debitos com partes relacionadas (I)	3.720.066	3.215.683
OI Holanda	3.720.066	3.215.683
Demais obrigações	32.116	28.735
Táho	143	116
Rio Alto	975	975
O Investimentos	31.968	15.165
PT Participações	30.529	31.968
(I) "Intercompartos" novados ou contratos no âmbito da implementação do Plano da 1ª Recuperação Judicial da Companhia. Os valores demonstrados estão líquidos de IAVJ.		

	2023	2022
Recita operacional líquida	9.612.391	10.371.316
Despesas operacionais	(1.530.624)	(4.200.711)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	(1.836.232)	(18.273.249)
Resultado financeiro	1.975.478	6.916.856
Resultado antes dos tributos	(202.005)	(21.628.321)
Imposto de renda e contribuição social	1.039.425	(2.602.224)
Resultado das operações consolidadas	(9.612.391)	(10.371.316)
Operações descontinuadas	24.136	4.958.597
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquido de impostos) (Nota 28)	24.136	4.958.597
Resultado do exercício	(9.612.391)	(10.371.316)
Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico		
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:		
Recita operacional líquida		
Recitas relativas ao segmento reportado	9.612.391	10.371.316
Recitas relativas a outros negócios	105.309	113.914
Recitas operacionais líquidas consolidadas (Nota 5)	9.717.700	10.485.230
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(1.836.232)	(18.273.249)
Outros negócios	31.635	8.371
Resultado antes do resultado financeiro e tributos de operações descontinuadas (Nota 5)	(1.805.187)	(18.264.878)
O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2023, são como segue:		
Ativo		
Contas a receber	6	7.261
Táho	553	553
Serdes	6	6.808
Creditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	108.139	8.775.130
PTF	6.683.055	6.435.571
OI Holanda	3.376.705	3.252.869
Serdes	1.269	1.269
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	6.004	12.259
O Serviços Financeiros	4.096	7.321
Rio Alto	1.785	1.785
Táho	1.756	1.756
O Soluções	355.468	451.697
Adiantamentos a fornecedores e outros	35.468	451.697
OI Holanda	361	783
PTF	2.666	564
CITEL	2.511	2.613
Serdes	307.330	440.870
Táho	4.800	4.800
Passivo		
Fornecedores	269.045	170.389
Táho	140.333	85.498
Serdes	128.712	84.901
Debitos com partes relacionadas (I)	3.720.066	3.215.683
OI Holanda	3.720.066	3.215.683
Demais obrigações	32.116	28.735
Táho	143	116
Rio Alto	975	975
O Investimentos	31.968	15.165
PT Participações	30.529	31.968
(I) "Intercompartos" novados ou contratos no âmbito da implementação do Plano da 1ª Recuperação Judicial da Companhia. Os valores demonstrados estão líquidos de IAVJ.		

	2023	2022
Recita operacional líquida	9.612.391	10.371.316
Despesas operacionais	(1.530.624)	(4.200.711)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	(1.836.232)	(18.273.249)
Resultado financeiro	1.975.478	6.916.856
Resultado antes dos tributos	(202.005)	(21.628.321)
Imposto de renda e contribuição social	1.039.425	(2.602.224)
Resultado das operações consolidadas	(9.612.391)	(10.371.316)
Operações descontinuadas	24.136	4.958.597
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquido de impostos) (Nota 28)	24.136	4.958.597
Resultado do exercício	(9.612.391)	(10.371.316)
Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico		
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:		
Recita operacional líquida		
Recitas relativas ao segmento reportado	9.612.391	10.371.316
Recitas relativas a outros negócios	105.309	113.914
Recitas operacionais líquidas consolidadas (Nota 5)	9.717.700	10.485.230
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(1.836.232)	(18.273.249)
Outros negócios	31.635	8.371
Resultado antes do resultado financeiro e tributos de operações descontinuadas (Nota 5)	(1.805.187)	(18.264.878)
O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2023, são como segue:		
Ativo		
Contas a receber	6	7.261
Táho	553	553
Serdes	6	6.808
Creditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	108.139	8.775.130
PTF	6.683.055	6.435.571
OI Holanda	3.376.705	3.252.869
Serdes	1.269	1.269
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	6.004	12.259
O Serviços Financeiros	4.096	7.321
Rio Alto	1.785	1.785
Táho	1.756	1.756
O Soluções	355.468	451.697
Adiantamentos a fornecedores e outros	35.468	451.697
OI Holanda	361	783
PTF	2.666	564
CITEL	2.511	2.613
Serdes	307.330	440.870
Táho	4.800	4.800
Passivo		
Fornecedores	269.045	170.389
Táho	140.333	85.498
Serdes	128.712	84.901
Debitos com partes relacionadas (I)	3.720.066	3.215.683
OI Holanda	3.720.066	3.215.683
Demais obrigações	32.116	28.735
Táho	143	116
Rio Alto	975	975
O Investimentos	31.968	15.165
PT Participações	30.529	31.968
(I) "Intercompartos" novados ou contratos no âmbito da implementação do Plano da 1ª Recuperação Judicial da Companhia. Os valores demonstrados estão líquidos de IAVJ.		

	2023	2022
Recita operacional líquida	9.612.391	10.371.316
Despesas operacionais	(1.530.624)	(4.200.711)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	(1.836.232)	(18.273.249)
Resultado financeiro	1.975.478	6.916.856
Resultado antes dos tributos	(202.005)	(21.628.321)
Imposto de renda e contribuição social	1.039.425	(2.602.224)
Resultado das operações consolidadas	(9.612.391)	(10.371.316)
Operações descontinuadas	24.136	4.958.597
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquido de impostos) (Nota 28)	24.136	4.958.597
Resultado do exercício	(9.612.391)	(10.371.316)
Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico		
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:		
Recita operacional líquida		
Recitas relativas ao segmento reportado	9.612.391	10.371.316
Recitas relativas a outros negócios	105.309	113.914
Recitas operacionais líquidas consolidadas (Nota 5)	9.717.700	10.485.230
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(1.836.232)	(18.273.249)
Outros negócios	31.635	8.371
Resultado antes do resultado financeiro e tributos de operações descontinuadas (Nota 5)	(1.805.187)	(18.264.878)
O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2023, são como segue:		
Ativo		
Contas a receber	6	7.261
Táho	553	553
Serdes	6	6.808
Creditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	108.139	8.775.130
PTF	6.683.055	6.435.571
OI Holanda	3.376.705	3.252.869
Serdes	1.269	1.269
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	6.004	12.259
O Serviços Financeiros	4.096	7.321
Rio Alto	1.785	1.785
Táho	1.756	1.756
O Soluções	355.468	451.697
Adiantamentos a fornecedores e outros	35.468	451.697
OI Holanda	361	783
PTF	2.666	564
CITEL	2.511	2.613
Serdes	307.330	440.870
Táho	4.800	4.800
Passivo		
Fornecedores	269.045	170.389
Táho	140.333	85.498
Serdes	128.712	84.901
Debitos com partes relacionadas (I)	3.720.066	3.215.683
OI Holanda	3.720.066	3.215.683
Demais obrigações	32.116	28.735
Táho	143	116
Rio Alto	975	975
O Investimentos	31.968	15.165
PT Participações	30.529	31.968
(I) "Intercompartos" novados ou contratos no âmbito da implementação do Plano da 1ª Recuperação Judicial da Companhia. Os valores demonstrados estão líquidos de IAVJ.		

	2023	2022
Recita operacional líquida	9.612.391	10.371.316
Despesas operacionais	(1.530.624)	(4.200.711)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	(1.836.232)	(18.273.249)
Resultado financeiro	1.975.478	6.916.856
Resultado antes dos tributos	(202.005)	(21.628.321)
Imposto de renda e contribuição social	1.039.425	(2.602.224)
Resultado das operações consolidadas	(9.612.391)	(10.371.316)
Operações descontinuadas	24.136	4.958.597
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquido de impostos) (Nota 28)	24.136	4.958.597
Resultado do exercício	(9.612.391)	(10.371.316)
Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico		
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:		
Recita operacional líquida		
Recitas relativas ao segmento reportado	9.612.391	10.371.316
Recitas relativas a outros negócios	105.309	113.914
Recitas operacionais líquidas consolidadas (Nota 5)	9.717.700	10.485.230
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(1.836.232)	(18.273.249)
Outros negócios	31.635	8.371
Resultado antes do resultado financeiro e tributos de operações descontinuadas (Nota 5)	(1.805.187)	(18.264.878)
O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2023, são como segue:		
Ativo		
Contas a receber	6	7.261
Táho	553	553
Serdes	6	6.808
Creditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	108.139	8.775.130
PTF	6.683.055	6.435.571
OI Holanda	3.376.705	3.252.869
Serdes	1.269	1.269
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	6.004	12.259
O Serviços Financeiros	4.096	7.321
Rio Alto	1.785	1.785
Táho	1.756	1.756
O Soluções	355.468	451.697
Adiantamentos a fornecedores e outros	35.468	451.697
OI Holanda	361	783
PTF	2.666	564
CITEL	2.511	2.613
Serdes	307.330	440.870
Táho	4.800	4.800
Passivo		
Fornecedores	269.045	170.389
Táho	140.333	85.498
Serdes	128.712	84.901
Debitos com partes relacionadas (I)	3.720.066	3.215.683
OI Holanda	3.720.066	3.215.683
Demais obrigações	32.116	28.735
Táho	143	116
Rio Alto	975	975
O Investimentos	31.968	15.165
PT Participações	30.529	31.968
(I) "Intercompartos" novados ou contratos no âmbito da implementação do Plano da 1ª Recuperação Judicial da Companhia. Os valores demonstrados estão líquidos de IAVJ.		

Ativo		
Contas a receber	6	7.361
Tahto		553
Serece	6	6.808
Creditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	10.061.389	9.779.130

☆ continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Oi S.A. - Em Recuperação Judicial

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

Durante o exercício de 2023, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 5.430.918 mil (controladora) e R\$ 5.427.756 mil (consolidado), havia acumulado até 31 de dezembro de 2023, prejuízos de R\$ 63.298.133 mil (controladora e consolidado), bem como apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 27.318.349 mil (controladora) e R\$ 27.283.395 mil (consolidado) e passivos no valor total de R\$ 63.162.700 mil (controladora) e R\$ 53.407.356 mil (consolidado). Conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, após o encerramento do processo da primeira recuperação judicial, ocorrido em 14 de dezembro de 2022, com sentença de encerramento publicada no Diário Oficial de Justiça em 10 de janeiro de 2023, a Companhia, em conjunto com suas controladas holandesas, ajuizou, em 1º de março de 2023, novo pedido de recuperação judicial ("Novo PRJ"), em caráter de urgência, deferido em 16 de março de 2023. A versão mais recente do Novo PRJ divulgada pela Companhia, em 25 de março de 2024, estabeleceu as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira das Requerentes e à continuidade de suas atividades.

Em 26 de março de 2024, foi retomada a Assembleia Geral de Credores ("AGC") e, a Companhia chegou a um termo com relação aos termos e condições comerciais ("Term Sheet Comercial") com credores titulares de créditos que representam a maioria dos créditos concursais presentes à AGC, incluindo os Credores Financeiros e credores fornecedores "take or pay", em particular os credores fornecedores de torres e capacidade satelital. A conclusão das negociações dependerá da finalização e aprovação dos documentos necessários para refletir os termos e condições do Term Sheet Comercial, incluindo o Novo PRJ e seus anexos, o que foi confirmado durante a AGC pelos representantes dos credores mencionados. Colocada a matéria em votação, foi aprovada pela maioria dos credores presentes nova suspensão da AGC, com a prorrogação do "stay period" até a conclusão da AGC que deliberar sobre o Novo PRJ. A AGC será retomada no dia 10 de abril de 2024 para aprovação. Após essa aprovação, o Novo PRJ necessitará ser homologado pelo juízo da recuperação judicial.

Também, conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, com o propósito de facilitar o processo de aprovação do Novo PRJ, a Companhia e suas controladas vêm empreendendo esforços, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, mediante a condução de negociações com credores financeiros e não financeiros, visando a repactuação de dívidas, em especial as financeiras, fortalecimento da sua estrutura de capital e otimização de sua liquidez e perfil de endividamento. Essas negociações incluem, entre outros, a assinatura de financiamento extrajudicial na modalidade "debtor-in-possession" (DIP AHG ORIGINAL), no valor de USD 275 milhões, ocorrida em 21 de abril de 2023, e acordo de apoio à reestruturação e de "lockup" com a maioria dos credores financeiros, presentemente em andamento. Em 7 de junho de 2023, após o cumprimento de determinadas condições precedentes pelas Requerentes, operou-se o desembolso da primeira "tranche" do Financiamento DIP AHG ORIGINAL no valor de US\$ 200 milhões. Em 26 de setembro de 2023, a Companhia chegou a um acordo sobre os termos e condições para a concessão pelo Banco BTG Pactual S.A., de um novo crédito na modalidade "debtor in possession", no valor de US\$ 300 milhões ("Novo Financiamento DIP"). Contudo, em 20 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu dos Credores Financeiros, signatários do Financiamento DIP AHG Original, uma proposta alternativa atualizada e concorrente àquela apresentada pelo BTG para o refinanciamento de dívidas da Companhia, na modalidade "debtor in possession" (DIP) ocasionando o consequente adiamento ao DIP AHG Original e dos instrumentos relacionados à respectiva alienação fiduciária firmados com a Companhia em 21 de abril de 2023 ("Proposta Concorrente AHG"). Além de termos e condições mais benéficas àquela apresentada pelo BTG, a Proposta Concorrente AHG traz uma liquidez adicional de US\$ 125 milhões para a Companhia, em relação ao DIP AHG Original. Em 11 de janeiro de 2024, foi firmado o "Amended and Restated Note Purchase Agreement" com os Credores Financeiros ("Amended and Restated NPA"), em termos e condições mais benéficas à Companhia, em relação àqueles constantes do Novo Financiamento DIP. Em 26 de janeiro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes pela Companhia previstas no "Amended and Restated NPA" foi realizado o desembolso da terceira "tranche" prevista no referido instrumento, resultando na liquidez adicional de US\$ 125 milhões para a Companhia em relação ao Financiamento DIP AHG Original.

Adicionalmente, a geração futura de caixa operacional suficiente para investimentos e pagamento de suas obrigações depende, também, do sucesso na implementação do Plano Estratégico de negócios das atividades remanescentes "core" da Companhia e na readequação da sua estrutura de custos, bem como da busca e criação de novas fontes de receita, especialmente na área de soluções digitais e conexões de fibra ótica.

Considerando esse conjunto de elementos e a pervasividade envolvida no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, entre outros descritos nas notas explicativas, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento reunir evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023 são apropriados.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração

da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Cáren Henriete Macochin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 09/04/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/04/09/OI1575380209042024.pdf>
Hash: 17125977601e019aa076754506a00e1d1dc2b1d011